

## A Barragem de Alqueva e a Aldeia da Luz – Uma Aldeia em ‘Mudança’

João Pedro Reino

Este trabalho centra-se num contexto de ‘mudança’ sócio-espacial, a propósito da transferência da aldeia da Luz<sup>1</sup>, no concelho de Mourão (distrito de Évora, Alto Alentejo). A barragem de Alqueva tem importância na medida em que constitui o “detonador” de toda esta problemática e neste caso muito particular da ‘mudança’ da Luz. Toda esta investigação tem como base um triângulo, no qual os vértices se encontram numa íntima relação: de um lado, a população residente; por outro, os espaços residenciais e por último, a forma de apropriação do actual/antigo espaço habitacional.

Em consequência da construção da barragem de Alqueva, a população da Luz está perante a irreversibilidade e inevitabilidade de um processo, a sensação de perda de um passado que, de futuro, se existir, só existirá sob a representação de memórias. A *aldeia rural* que encontrei há perto de seis anos atrás, aquando do início da minha incursão na Luz, permanece relativamente “estável”. Embora esta seja uma comunidade de indivíduos que nascem e morrem, entram e saem, face a estes destinos individuais permanece uma imagem de estabilidade. Essa estabilidade deve-se à aldeia ser um reportório acumulado, com o decorrer dos anos, de símbolos memorizados de diferentes maneiras pela comunidade. Estes persistem, malgrado a abertura cada vez maior ao exterior, da lenta expansão de novos padrões de socialização e da instabilidade/tensão de um cenário de ‘mudança’ iminente.

A “realidade rural” do presente objecto de estudo está envolvida num clima de tensão. De um lado, estão os elementos do espaço (as construções arquitectónicas e urbanísticas) e do outro, a população residente. O processo social pelo qual a população da Luz tem vindo a passar, constitui um processo complexo, abrangendo múltiplas dimensões e dinâmicas sociais. Este processo, assumiu-se de particular importância, tendo ganho algum protagonismo e ebulição, a partir do momento em que a população residente da Luz começou a ser confrontada com a construção da *Nova Luz*. Tratando-se de espaços habitados, este protagonismo deu-se como uma consequência da aldeia possuir determinadas configurações sócio-culturais que se torna necessário conhecer, ou seja, caracterizar quem e como habita os espaços. Na Luz, a estrutura social e a estrutura espacial articulam-se num todo. No caso da aldeia da Luz, a organização espacial, em consequência da construção da barragem de Alqueva, foi alvo de um projecto de construção num novo local. As modificações introduzidas nesta nova organização espacial provocaram uma desestabilização e uma volubilidade na população residente da Luz. Por um lado, o que está aqui em causa é o apego aos bens que a população foi acumulando ao longo de uma vida de trabalho; por outro, o receio de uma certa uniformização social com base na habitação (visto que todos eles ficam com casas novas). Tratam-se de dois aspectos que fazem deste processo de ‘mudança’ um caso inédito e inovador.

A construção da barragem de Alqueva, significou, especialmente para a população residente da Luz, uma ruptura com o passado, uma espécie de “*corte epistemológico*”. A população da aldeia da Luz tem vivido os últimos anos num estado

---

<sup>1</sup> - De acordo com os *Censos 2001*, a população residente da aldeia da Luz era de 373 habitantes (203 homens, 170 mulheres).

de constante desorientação e numa permanente ansiedade, que se traduz num sentimento de perda, perda da terra dos antepassados, perda da sociabilidade local, perda da sua cultura e identidade. A população residente da aldeia da Luz esteve, sobretudo nos últimos anos, perante um cenário de incerteza, de hesitação, de mudança sócio-habitacional. Apesar deste cenário a Luz permanece imperturbável. Esta ‘mudança’, não é apenas uma simples mudança física de uma casa para uma nova casa, de um local para um outro local. Existem aspectos sócio-culturais, simbólicos e identitários que estão inerentes a toda a população residente. A população da aldeia da Luz vive na expectativa da água da albufeira que subindo, lentamente, vá contornando as elevações, o suave declive, submergindo toda a aldeia, todas as ruas, casas, todo o Povo. Este processo de ‘mudança’ engloba múltiplas dimensões sociais, constituindo um processo social complexo.

### A CASA – O CENTRO DA ‘MUDANÇA’

Podemos considerar dois planos de abordagem no processo de transformação social na Luz: a aldeia actual, como espaço de memória, de sociabilidade e a casa, como elemento social, adquirindo preponderância, quer em relação ao espaço público (as reivindicações incidem maioritariamente sobre o espaço privado e não público), quer em relação à posse de terra. O espaço e as formas de sociabilidade, como por exemplo as casas, encontram-se em transição entre um modelo conceptual passado e as adaptações a uma nova realidade. Mas essa transição não é linear mas feita de justaposições, por vezes contraditórias entre um tempo, visto à luz do presente como passado, longo de tradições e um presente que se sabe transitório, marcado pelo conflito e ansiedade do que poderá vir a ser a nova aldeia e as novas casas.

A Luz possui algumas características muito específicas: consiste num espaço rural, no qual há um forte enraizamento local e onde predominam as redes de interconhecimento. Também o espaço residencial exhibe formas muito particulares de apropriação, constituindo um elemento de identidade cultural. A organização espacial do habitat residencial revela diferentes vivências, imagens simbólicas ou ainda as expectativas de um espaço idealizado<sup>2</sup>.

Uma parte da aldeia que corresponde ao NE do Largo 25 de Abril, apresenta casas de um só andar (com excepção de uma), construídas com os conhecimentos acumulados através de uma longa tradição de construção em pedra. Esta construção em xisto, as formas quadradas, a decoração caiada, definem uma espécie de permanência que é tanto mais notória quanto, numa delas, a própria casa parece emanar da rocha viva. Nesta zona, predominam as casas de tipo rural formando uma espécie de “núcleo” que, pelo tipo de material, homogeneidade e concentração do casario, parece ser o mais antigo, embora não exista documentação escrita para apoiar ou refutar tal hipótese. Este núcleo encontra-se no caminho do castelo da Lousa.

A parte sul da aldeia corresponde às forças mais jovens e dinâmicas que levam os homens a modificar as suas casas para corresponder às necessidades económicas e sociais. Algumas destas casas, principalmente na rua de Mourão/Sá Carneiro foram transformadas em cafés, na sede da Junta e num outro estabelecimento. Embora mantendo um só andar e conservando a dimensão dos quintais traseiros que são, muitas

---

<sup>2</sup> - Muitas das casas da Luz mostram mesmo, em relação ao seu exterior, um “espírito de iniciativa” e de fantasia que pretende revelar o “estilo” do seu proprietário.

vezes, mais do dobro do espaço construído, utilizam já na sua construção/remodelação materiais de tipo industrial. O Largo 25 de Abril marca a charneira/fronteira entre a zona de predomínio da casa rural e uma maior concentração das de tipo urbano (contudo em qualquer das “zonas”, as primeiras sejam maioritárias).

Em muitas casas de tipo rural e urbano os quintais guardam ainda uma funcionalidade ligada à vida agrícola quase desaparecida, mas com o seu complemento na economia doméstica. O quintal possui a *cozinha de fora*, local de arrumação dos alguidares da matança e das esteiras para apanha de azeitona. No espaço aberto encontram-se alojados os utensílios agrícolas, muito deles em desuso. É também neste espaço que estão colocados os galinheiros e as coelheiras, quando existem, os sacos de farelo, em que acumulam sacos, garrações e bidões de plástico, alguns dos quais são reaproveitados para vasos ou para a recolha de água da chuva. Parte da área do quintal foi aproveitada para fazer um anexo onde foi construída a casa-de-banho. Outras vezes, a casa-de-banho foi integrada na casa e os anexos fazem a função de garagem.

Quanto às casas dos emigrantes, espalham-se pela aldeia e não correspondem, salvo duas excepções, a edifícios construídos de raiz. Existe assim na Luz, mesmo nas casas dos emigrantes, um conservadorismo das formas. As inovações restringem-se à decoração exterior (a fantasia da decoração exterior, como forma de personalização, existe nos três tipos de casa da Luz), ao distanciamento em relação à linha da rua, a modificações no seu interior. Não se muda a forma do tecto ou da janela, que, por tradição, se mostraram adequadas, mas algumas “inovações“, na *Nova Luz*, são motivo de contestação nas casas da nova aldeia.

A casa é, na Luz, um quadro da vida, um banco de memória, onde os residentes foram depositando bens materiais e afectivos, onde o espaço é um local de reminiscências. Na Luz, em muitos casos, a casa identifica-se com a família, com o mundo agrícola, com o trabalho da terra (tal como a terra, a casa é um elemento que deve ser transmitida às gerações futuras), tendo sido a base económica para muitos habitantes (a casa é uma imagem viva do trabalho na terra). As casas, para os habitantes, deixaram de ser um facto social para assumir o papel de signo, de elemento âncora. Daí podermos referir que na aldeia da Luz estamos perante uma semiologia rural. Esta semiologia, as marcas físicas da e na aldeia da Luz, recorre à memória para constituir a identidade colectiva e a identificação dos residentes. A população da Luz exprime-se, muitas vezes, recorrendo a uma linguagem simbólica. Este complexo sistema de comunicação não foi devidamente analisada e codificado, havendo por vezes alguma dificuldade no relacionamento das duas partes (população residente e a empresa responsável por todo o projecto). A organização das casas da Luz remete-nos, muitas vezes, para um forte investimento simbólico. O conhecimento desta diversidade constitui uma riqueza da vida comunitária, implicando o reconhecimento da diversidade, das necessidades e aspirações individuais, fazendo com que as intervenções no espaço (na *Nova Luz*) deveriam ter contemplado as especificidades sócio-culturais da comunidade da Luz.

Os residentes da Luz foram compelidos numa primeira fase a aceitar a ‘mudança’ e ultimamente foram forçados a adaptarem-se aos novos espaços. Por sua vez, estes *novos espaços* possuem uma morfologia diferente, em comparação com os *velhos espaços*, o que implica um uso diferente para o qual os residentes não estão preparados. Em alguns casos, estes novos “*cenários fingidos*” provocaram aquilo que um informante privilegiado designou de stress psicológico. A casa para os residentes da

Luz é um reflexo dos valores culturais e sociais, mas, ao mesmo tempo, retrata as identidades pessoais e sociais dos habitantes.

## AS CASAS E A CASA

Na Luz houve, nos últimos anos, alguma imigração/emigração. Contudo, apesar deste abandono do território da terra natal, as casas nunca foram descuradas. O mesmo não sucedeu aos campos, que ou foram abandonados ou, então, na melhor das hipóteses, encontram-se sob a tutela dos rendeiros. Nesta aldeia possuidora de estruturas específicas, as casas desempenham um papel de distinção social, hierarquia e dominação que se manifesta através de mecanismos de produção de identidade cultural. A casa, no mundo rural, não constitui unicamente um abrigo para a família, ela também é um instrumento de trabalho, isto é, a casa é entendida como uma continuação do ambiente de trabalho. É aqui que as casas da *Nova Luz* se afastam das casas da *Velha Luz*, ao terem menosprezado o elemento trabalho na sua constituição.

Aos olhos dos habitantes, a geometria das formas e a disposição das construções provocaram um efeito de desordem social. Esta desordem, não é mais do que uma consequência da ausência de uma personalização dos espaços. Isto porque as casas foram mais uma obra dos construtores do que dos seus habitantes, onde os espaços de transição foram esquecidos, mas que nas antigas casas, funcionavam através de um jogo simbólico, segundo regras imperceptíveis aos olhos do senso-comum, num constante vaivém entre interior e o exterior, entre o indivíduo, o grupo e a comunidade.

Segundo constatei e que alguns informantes privilegiados confirmaram, a ‘mudança’, a *Nova Luz*, provocou um aumento da conflitualidade entre os habitantes, havendo por vezes algumas disfuncionalidades na dinâmica social, que se traduziu num maior isolamento e na interiorização negativa das suas novas casas.

É fácil constatar que os habitantes da Luz foram confrontados com um novo modelo de habitat. De um modelo tipicamente rural, agora terão que viver num espaço com uma tipologia urbana, ou como ouvi de um visitante de Sines, «isto aqui parece um aldeamento turístico, parece Tróia». Esta mudança provocada na estrutura do modo de vida dos residentes, fez com que houvesse uma grande dificuldade de os novos moradores encontrarem a funcionalidade do espaço, criando situações por vezes de angústia e depressão ao serem confrontados com uma nova sociabilidade. Nas palavras dos habitantes sente-se uma perda dos elementos identitários repercutindo-se no modo de apropriação dos novos espaços residenciais.

São os residentes que possuíam uma casa do *tipo rural* e que todos os modelos de referência são rurais, mais sentem que foram prejudicados com todo este processo; por outro lado, os habitantes que possuíam uma casa de *tipo urbano* foram os que mais reivindicaram e aqueles que se consideram menos insatisfeitos. Nestes casos, os modelos de referência serão do *tipo urbano*. Houve da parte da população residente uma resistência aos modelos de casa urbanos que lhes foram impostos.

Em muitas situações, a casa dianteira desapareceu ou foi desenhada como uma divisão interior sem o mínimo contacto com o exterior. A tradicional e confortável chaminé, enquanto símbolo de convívio e de festa, onde em tempos se preparava as refeições no fogo, ao lume (actualmente é o fogão a gaz que desempenha esta tarefa mas ainda dentro da chaminé alentejana) e se passavam os serões de inverno, deixou de fazer parte do simbolismo dos residentes. As cozinhas perderam toda a sua traça identitária,

passaram a ser impessoais e frias, passando a assumir unicamente o papel de um local onde se preparam os alimentos.

No que se refere às mutações sofridas pelas casas, estas atingem as formas, as proporções e a própria organização do espaço que tende para uma padronização. Em muitas, os princípios arquitectónicos não se adequam e não estão em função dos modos de viver dos habitantes. Isto significa que as habitações são idênticas por toda a aldeia, totalmente independente da cultura e das condições próprias da vida local e familiar. Por conseguinte, assistimos a que no interior das novas casas, os antigos valores e o seu significado têm tendência a desaparecer. A organização do espaço regeu-se por critérios puramente racionais, onde imperam os planos, as noções científicas e as regras estabelecidas na Lei, menosprezando a sua funcionalidade, tentando impor uma nova economia doméstica.

As críticas que os residentes fazem às suas novas casas, centram-se ao nível dos acabamentos, da inexistência de espaços de arrumação (arrecadações) mas sobretudo na organização e distribuição interna do espaço habitacional. As novas casas foram alvo de uma descaracterização, tendo agora meramente um valor económico. Esta descaracterização atinge a planta da habitação – visto que, o que foi tido em conta foi a área total da casa – a organização e apetrechamento do seu espaço interior tendem para uma uniformização por toda a aldeia. Os princípios arquitectónicos determinados e ajustados à nova concepção e modo de viver, evidência uma deslocação das identidades sociais, dos referenciais agrícolas tradicionais, passa-se para referenciais urbanos, citadinos. Nas casas da *Nova Luz* há um recurso a símbolos urbanos e uma renúncia aos valores camponeses. Como é óbvio, os residentes identificam-se mais com os padrões rurais do que os urbanos.

As divergências entre a população da Luz versus EDIA, foram uma consequência da ausência de uma visão sistémica e integrada, onde prevaleceu uma planificação tecnocrática e de gabinete em vez de uma metodologia de planeamento estratégico. Alguns dos problemas surgidos no relacionamento aconteceram porque *ver não é só olhar e escutar não é só ouvir*. As acções levadas a cabo foram pensadas longe do lugar, sem ter em conta as especificidades e as diversidades locais. Era necessário ter feito uma acção de inserção e de implicação e não de integração e de participação. «A inserção parte do diagnóstico de uma dada população, procede à elaboração de um projecto, ajusta as prestações existentes em função dele, procura aumentar no seio de cada instituição a margem de escolha do indivíduo, para apoiar no traçar do percurso para a concretização dos seus objectivos» (Guerra, 1994:14). Num processo como este, teria sido fundamental ter colocado no *centro das atenções* a população para quem o projecto se destinava.

As casas da *Nova Luz* foram encaradas, utilizando as palavras de informante privilegiado, «como um problema de cimento, de construção e não como um processo de desenvolvimento social e local, no qual os principais interessados, a população residente, têm um papel activo». As divergências ocorridas entre as duas partes envolvidas, foi uma consequência da proposta apresentada à população, ou seja, o projecto traduzia-se num planeamento racionalista, onde as soluções finais não se adequavam à realidade do território, não havendo uma valorização dos elementos da identidade.

O que sucedeu, numa primeira fase, foi que a população residente da Luz foi confrontada compulsivamente com um novo espaço habitacional. Só depois dos

habitantes começarem a fazer a "*peregrinação dominical*"<sup>3</sup> e verem, sobretudo, as suas novas casas, é que começaram a aperceber-se que aquilo que tinham visto nas plantas, não correspondia ao que estavam a observar. Só após esta apreensão do espaço, os habitantes começaram a contestar o que lhes estava reservado e começam a reivindicar alterações (adaptações) nas suas habitações. Estas novas exigências, por parte da população, provocou por vezes algum desacordo com *Eles*<sup>4</sup>. Estas divergências ocorridas, são o resultado muito vezes dos investimentos afectivos e materiais que os luzenses fizeram nos espaços habitacionais. Estes investimentos provocaram, segundo os interlocutores, em alguns casos transformações e melhorias na morfologia do espaço e noutros essas mesmas alterações associam-se ao campo do simbólico.

A nova aldeia para os habitantes é um objecto extravagante que foi desenhado sem ter havido um prévio e aprofundado conhecimento das necessidades e *habitus* da população residente. A grande parte da população residente da Luz tem uma imagem da *Nova Luz*, tanto no seu todo, enquanto espaço comunitário, como enquanto um espaço individual, fortemente negativa, tendo construído uma imagem depreciativa, havendo uma sobrevalorização negativa dos aspectos arquitectónicos/urbanísticos. Várias causas contribuíram para a formulação desta opinião, mas talvez aquela que mais vezes ouviu foi, «*nós aqui não fomos ouvidos, nós não fomos tidos nem achados*». Primeiro decidiu-se e depois tentou-se chegar a acordo com os habitantes. Por outro lado, não está ainda na mente dos residentes que a 'mudança' signifique uma melhoria das condições habitacionais.

A casa constitui o *centro da 'mudança'* para os luzenses. Os residentes imaginavam que as suas novas casas seriam uma réplica, semelhante, das casas da "*velha aldeia*". A população julgava que todos iriam ter um tratamento idêntico. Tal não sucedeu, sobretudo se compararmos os residentes com os não-residentes. Agora, depois de terem reivindicado alterações no projecto da casa, algumas delas aceites, outras não, os residentes sonham com as modificações que irão efectuar a curto, médio prazo<sup>5</sup> encontrando-se já predispostos a realizarem alterações no futuro.

A construção da *Nova Aldeia da Luz* veio gerar uma uniformização do espaço, reduzindo o significado sócio-cultural das casas e da aldeia, no qual assenta a comunidade da Luz. Um dos grandes problemas do espaço público, apontado pelos residentes é «a grandeza e largura das ruas» (os novos espaços são mais amplos). Os

---

<sup>3</sup> - O Domingo constituía o único dia em que os residentes tinham "autorização" para visitar as suas futuras casas. Deste modo, a grande maioria dos habitantes aproveitava este dia para romarem há nova aldeia e tomarem contacto com o seu novo espaço habitacional. Esta peregrinação não se limitava apenas às suas novas casas, também incluía uma visita a todas as ruas da aldeia, aos espaços comerciais e às casas dos vizinhos/familiares. O encontro de vizinhos/familiares era inevitável, surgindo logo a discussão e a comparação em torno do espaço individual e colectivo.

<sup>4</sup> - De uma forma geral, os habitantes quando falam sobre as habitações, recorrem muito à expressão *Eles*. A população utiliza-a para se referir a todos os intervenientes na construção da nova aldeia da Luz, afirmando com alguma regularidade, *a culpa é d' Eles*. A maneira como expressam o *Eles*, remete-nos para uma figura mítica, inatingível e inabordável, fazendo lembrar a figura gigantesca do Adamastor que simbolizava o Cabo da Boa Esperança.

<sup>5</sup> - Um residente da Luz escreveu uma carta à EDIA a solicitar algumas alterações na sua casa. Na carta o proprietário descrevia e fundamentava quais e o porquê das alterações. Resumidamente o que o proprietário pretendia era que a sua casa na "Nova aldeia" tivesse uma disposição espacial semelhante à sua casa na "*velha aldeia*". A resposta da EDIA foi peremptória: "*As alterações não se enquadram nos princípios da concepção geral do projecto*".

residentes salientam este aspecto como negativo porque lhes irá dificultar as “*acções de fiscalização*”, ou seja, a observação e o controle social sobre o vizinho.

Presentemente, as casas da *Nova Luz* romperam com esta cultura, afirmando uma nova ordem que representa o processo material e cultural de índole cidadina. As novas casas da Luz encontram-se distantes, afastadas da realidade luzense, ou seja, do modelo de referência que cada indivíduo pré-concebeu para a sua nova casa, do espaço cultural dos habitantes. As novas casas constituem referências materialmente distantes nas quais não há uma transferência dos valores presentes e dos valores ausentes.

No caso específico da Luz o “mal-estar”, as reivindicações, o descontentamento face às suas novas casas actuaram como uma estratégia comunitária, como um conjunto de mecanismos que visavam a aproximação ao protótipo de casa idealizado por cada habitante. Este descontentamento foi uma resposta à tensão existente entre as *forças* que procuravam idealizar a casa e as *forças* que iriam servir-se das habitações. A habitação é o fruto da cultura e da identidade, ou seja, assume-se como um elemento simbólico, como um ícone da cultura.

Neste sentido a casa é uma *janela de cultura* em que toda a percepção, edificação e apropriação do espaço é feito tendo em conta as identidades individuais e colectivas, ou seja, os valores e práticas sócio-culturais. A casa funciona para as mulheres como o *centro do mundo*, como um *território feminino*, o *mundo da casa*.

## UMA ALDEIA EM ‘MUDANÇA’ – CONCLUSÃO DE UM PROCESSO EM CURSO

A ‘mudança’, para os residentes da Luz, veio quebrar o estado de homeostasia em que se encontrava toda a comunidade, destruindo o equilíbrio construtivo da aldeia e da paisagem envolvente. Esta ruptura provocou nos residentes uma atitude defensiva em consequência do impacto das determinações impostas pelo exterior.

As novas casas têm-se vindo a revelar como elementos de desidentidade (anomia identitária), demonstrando o papel de comando que a casa tem nas aspirações e anseios dos habitantes. A grande preocupação da população residente não está apenas na forma da casa ou nas suas características morfológicas, mas também no facto de «*a minha casa ser igual à dos outros*». Os indivíduos desejam que as suas habitações sejam únicas e distintas das dos seus vizinhos. Neste sentido podemos falar da dialéctica entre identidade e comunalidade, a qual reflecte a criação de identidades próprias e revela-nos o sentido da apropriação da casa.

Na *Nova Luz* há uma clivagem entre o modelo rural, preconizado pela população residente, e o novo modelo edificado, o modelo urbano. Esta divisão assume por vezes determinados aspectos curiosos. De um lado, a população a exigir que nas suas novas casas sejam reproduzidas as imagens retidas pela memória, tendo utilizado estas mesmas imagens no decurso do processo de negociação. A construção da nova aldeia da Luz regeu-se em “*demasia*” pelas normas ditadas pelas recomendações técnicas e legais, esquecendo-se por vezes que dentro das habitações iriam morar pessoas. Isto significa que a população utilizou a herança, os espaços da memória para negociar a mudança, afim de valorizar o seu novo espaço. Do outro lado, responde-se com medidas legalistas e arquitectónicas para muitas vezes impedir os anseios dos residentes.

As casas na *Nova Luz* constituem um aglomerado urbano, estando alinhadas em longos conjuntos uniformes, onde as paredes nuas, lisas e brancas têm apenas o rasgo da porta e das janelas. De um modo geral, as casas na *Nova Luz* foram alvo de um nivelamento, onde os valores simbólicos e a diversidade da antiga aldeia foram apagados. As casas, tendem para uma unidimensionalidade, estando longe da riqueza de expressão do espaço tradicional, ou seja, há uma despersonalização do espaço. Contudo, houve um aspecto que se manteve inalterável e que constitui um princípio conceptual arquitectónico. As portas da casa (porta para a rua e para o quintal/tapada/arramada) encontram-se nos "antípodas", mantendo-se a visão rua-quintal/tapada/arramada. Na *Nova Luz*, não existe um *mapping*, ou seja, uma correspondência com o espaço natural anterior. Teria sido importante e fundamental fazer a conjugação entre harmonia e funcionalidade com inovação e modernidade.

A *Nova Luz* deveria ter sido pensada como um conjunto integrado de espaços interiores e exteriores, onde houvesse um equilíbrio entre o privado e o público, o interior e o exterior, função e representação e onde as lógicas espaciais favorecessem a apropriação dos espaços. Um exemplo que demonstra esta ausência de uma visão de conjunto, é a localização centrada de quase todos os equipamentos públicos no Largo 25 de Abril, não favorecendo o movimento pedonal de "passagem" dos residentes. Assim, enquanto na *Velha Luz* existia uma policentralidade, na *Nova Luz* passou a haver uma monocentralidade. A apropriação só se torna possível a partir do momento que haja fortes relações de afinidade e de identificação com o espaço residencial.

Esperemos que a mudança não vá tornar a casa numa concha, sobre a qual os residentes se fecham, modificando as lógicas e os processos de relacionamento das famílias, entre vizinhos e com o espaço, alterando toda a vida comunitária. O que se tentou, fazer foi simplesmente uma deslocação dos residentes, fazendo unicamente uma realocação da aldeia com os seus respectivos habitantes, descorando a dimensão social e a identidade local. Deste modo, pode-se afirmar que na Luz houve como que uma espécie de "determinismo físico" em detrimento do social, isto é, são as pessoas que se adaptam ao meio, que são obrigadas a ir de encontro ao meio, às habitações. Assim, tratou-se sobretudo de uma questão arquitectónica e urbanística, não se acautelando outros problemas de ordem sócio-espacial. Em todo o processo, prevaleceu uma visão de soberania dos arquitectos em relação ao projecto da *Nova Luz*, ou seja, imperou por parte dos projectistas um modelo demasiadamente racional, uma visão doutrinária, um modelo lógico, procurando sempre uma tipificação de todas as situações com o fim da racionalização do projecto.

A Luz, neste momento, é um lugar de romagem, havendo uma mitificação da aldeia. No futuro, os habitantes da Luz irão ter de construir o seu espaço de acção, o que para que tal suceda vai ser necessário haver um equilíbrio entre a identificação e a identificação. Na *Nova Luz*, espera-se que as alterações com a 'mudança', a 'mudança' do espaço e as novas temporalidades que estruturam toda a vida quotidiano, não sejam um sinónimo de perda de sociabilidade local, ou seja, os residentes passam a despender mais tempo em torno da nova casa, havendo um centramento no universo privado e não havendo uma apropriação do espaço externo, do espaço público.

Em síntese, poder-se-à dizer que a 'mudança', para os novos cenários habitacionais não provocou um sentimento de satisfação generalizado, muito pelo contrário. Apesar das casas serem novas e em muitos casos a qualidade das condições habitacionais serem superiores às da velha aldeia, prevalece a insatisfação e o descontentamento face às novas casas. O que sucedeu, foi que estamos perante critérios



de avaliação distintos. Para a população residente, a qualidade habitacional está associada à adequação da casa às suas necessidades, aspirações e vivências individuais; para *Eles* a qualidade habitacional reside no projecto, no facto das casas serem todas novas e dos materiais aplicados terem uma categoria superior aos da velha aldeia. Este descrédito talvez se explique pela ruptura introduzida na rotina quotidiana dos residentes, provocando simultaneamente um efeito negativo na dinâmica social da comunidade. Isto significa, que os residentes viram-se privados do suporte identitário em que assentam as relações de sociabilidade, não lhes tendo sido proporcionado as condições de inserção e adaptação aos novos espaços residenciais, tendo provocado uma destruturação social da e na comunidade, que lhes permitisse um equilíbrio identitário sócio-espacial. Deva-se dizer que com a 'mudança', por um lado, ficou acautelada a coesão da comunidade, ao não terem desmembrado os residentes como aconteceu, por exemplo, com Vilarinho da Furna; por outro, não implicou uma quebra dos laços de vicinidade. De uma forma geral, os vizinhos na nova aldeia são os mesmos da velha aldeia. Os casos pontuais em que este facto não acontece são uma consequência do "crescimento" da Nova Luz (a *Velha Luz* tem uma área de 16,35 ha enquanto na Nova Luz é de 32,8 ha e o perímetro urbano na Nova Luz vai triplicar). Este "crescimento" revela-se, por um lado, na largura das ruas, passeios e do Largo; mas por outro, pelo facto de as casas na *Nova Luz* serem todas, excepto uma, térreas. No entanto, na *Velha Luz* há um número significativo de habitações com primeiro andar. O que sucedeu, foi que a área do primeiro andar foi acrescentada no rés-do-chão (como por exemplo, se um habitante tinha no rés-do-chão uma área de 80 m<sup>2</sup> e no primeiro andar 70 m<sup>2</sup>, agora na nova aldeia tem uma casa térrea com 150 m<sup>2</sup>). O elemento de referência, foi a área total da casa e não a sua tipologia ou a morfologia. Este é um exemplo de uma padronização das habitações da Luz. A única excepção à regra aconteceu, segundo um informante qualificado, com um não-residente, sendo uma pessoa com um nível cultural/académico superior e usando os mecanismos que tinha ao seu alcance conseguiu uma casa "igual" à da velha aldeia. O "corte" do primeiro andar, como não podia deixar de acontecer, provocou além do alongamento da aldeia, algumas rotações vicinais. Portanto, a construção da barragem de Alqueva provocará uma 'mudança' no cenário habitacional da Luz e a consequente reestruturação do modo de vida da aldeia.

## BIBLIOGRAFIA

ALQUEVA, *Centro do Mundo?* – Actas da 8ª Edição dos Encontros de Monsaraz, s.l., Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz, 1999, 133 p.

COELHO, António Baptista, «Apropriação e Satisfação Residencial», *Sociedade e Território*, 25-26, 1998, p. 140-49.

COSTA, António Firmino e Guerreiro, Maria das Dores, «Avaliação dos Impactes Sociais da Reabilitação Urbana», *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, I, 11, 1992, p. 771-88.

CUTILEIRO, José, *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, 1ª edição, s.l., Livraria Sá da Costa Editora, 1977, 433 p., tradução de J. L. Duarte Peixoto.

FERNANDES, António Teixeira, «Espaço Social e suas Representações», *Sociologia*, 2, 1992, p. 61–100.

FERREIRA, Vítor Matias e Guerra, Isabel, «Identidades Sociais e Estratégias Locais», *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, 1993, p. 299–319.

GUERRA, Isabel, *A Avaliação de Projectos e a Avaliação dos Impactos Sociais (AIS)*, s.l., Centro de Estudos Territoriais, 1994, 25 p.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e Galhano, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998 [1992], 374 p., 24.

PROCESL – Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda., *Estudos de Impacte Ambiental da Nova Aldeia da Luz (Mourão) – Relatório Final*, s.l., 1997, 104 p.

SOBRAL, José Manuel, «Memória e Identidades Sociais – Dados de um Estudo de Caso num Espaço Rural», *Análise Social*, XXX, 131–32, 1995, p. 289–313.

WATEAU, Fabienne, «Barrages, Identités et Frontières. Des Barrages sur Rivieres Frontalieres (Sela et Alqueva)», in *Actas del III Congreso de Antropologia*, Santiago de Compostela, 1999, p. 229–44.

).